

HISTÓRIA DA ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA NO RIO GRANDE DO SUL: parte II^a

Débora Isane Ratner KIRSCHBAUM^b

RESUMO

O objetivo deste artigo é contribuir com a historiografia e a história da Enfermagem Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, através da reconstrução do processo que culminou com o fechamento da Escola Profissional de Enfermagem, que funcionou no Hospital São Pedro, em Porto Alegre, RS, de 1939 a 1952. Para tanto, empregou-se a pesquisa documental e a história oral na produção das fontes primárias. A partir das versões produzidas pelos vários sujeitos que testemunharam tal experiência foi possível identificar os diversos elementos de ordem político-partidária, corporativa e interinstitucional que levaram à extinção daquele estabelecimento.

Descritores: enfermagem psiquiátrica; narrativas pessoais [tipo de publicação]; artigo histórico [tipo de publicação].

RESUMEN

Este artículo pretende contribuir a la historiografía y a la historia de la Enfermería Psiquiátrica en Rio Grande do Sul, Brasil, mediante la reconstrucción del proceso que culminó con el cierre de la Escuela Profesional de Enfermería que funcionó en el Hospital São Pedro, Porto Alegre, RS, Brasil entre 1939 y 1952. En ese sentido se emplearon la investigación documental y la historia oral para la elaboración de las fuentes primarias. A partir de las versiones testimoniales de personas que vivieron esos hechos fue posible identificar los diversos elementos de carácter político-partidario, corporativo e interinstitucional que condujeron al cierre de dicha institución.

Descriptor: enfermería psiquiátrica; narrativas personales [tipo de publicación]; artículo histórico [tipo de publicación].

Título: Historia de la Enfermería Psiquiátrica en Rio Grande do Sul, Brasil: parte II

ABSTRACT

The purpose of this article is contributing to the historiography and history of Psychiatric Nursing in Rio Grande do Sul, Brazil by reconstructing the process that culminated in the closing of the Nursing Professional School, which functioned from 1939 to 1952, at Hospital São Pedro, Porto Alegre, Brazil. Documentary research and oral history were the primary sources of information. The reports of various witnesses of this process helped to detect the diverse political-partidary, corporative and inter-institutional factors that led to the extinction of that establishment.

Descriptors: psychiatric nursing; personal narratives [publication type]; historical article [publication type].

Title: The history of the Psychiatric Nursing in Rio Grande do Sul, Brazil: part II

^a Parte deste trabalho foi baseada em KIRSCHBAUM, D. *Análise histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 20 a 50*. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese (Doutorado em Saúde Mental) - Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1994. sob a orientação da Profa. Dra. Mara Aparecida Alves Cabral.

^b Enfermeira. Doutora em Saúde Mental. Professora Assistente Doutor a do Departamento de Enfermagem da FCM/UNICAMP.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto a reconstituição do contexto histórico em que se deu o encerramento das atividades da Escola Profissional de Enfermagem Especializada da Assistência a Psicopatas do Estado do Rio Grande do Sul (RS), cuja organização e implementação foi abordada em outro trabalho⁽¹⁾. Tratava-se de um estabelecimento de ensino oficial, com regulamento próprio e criado através do Decreto nº 7.782, de 2 de maio de 1939⁽²⁾, nascido no interior do Hospital São Pedro, em Porto Alegre, RS, e extinto em 1952 pelos motivos que aqui serão examinados.

A história daquele estabelecimento foi marcada por uma singularidade decorrente do modo como se deu a constituição da psiquiatria rio-grandense e as estratégias empregadas para transformar suas instituições em um dispositivo disciplinar e em um espaço terapêutico orientado por uma racionalidade médica. Ou seja, a de organizar de forma sistemática a formação de pessoal de enfermagem para trabalhar em psiquiatria, através da construção de um dispositivo disciplinar que favoreceu, ao mesmo, a transmissão do discurso psiquiátrico hegemônico na primeira metade do século XX e a assimilação das normas que orientavam o funcionamento institucional e que possibilitavam a obediência e a docilidade dos trabalhadores àquelas. Como o pessoal de enfermagem constituía um elemento fundamental para a transformação do hospital num espaço terapêutico, os psiquiatras tomaram para si a coordenação dos processos de seleção e de ensino teórico-prático dos enfermeiros, lançando mão de diversos procedimentos disciplinares, identificados e definidos por Michel Foucault⁽³⁾, dentre os quais pode-se citar o controle do tempo e do espaço dos indivíduos, a vigilância hierárquica e o exame. Entretanto, a peculiaridade do contexto histórico e, conseqüentemente, as articulações de ordem político-regional presentes deram uma tonalidade própria ao emprego destas técnicas

disciplinares. Esta singularidade que marcou a implementação deste projeto pedagógico e institucional esteve também presente no contexto que culminou com a dissolução da Escola, de acordo com o que se tenta retratar no presente trabalho. Assim, tem-se por objetivo resgatar a posição dos diversos sujeitos envolvidos nesta experiência e as respectivas versões que formularam para explicar o desaparecimento da mesma, que possibilita reconstituir o significado social desta instituição para a conformação do projeto psiquiátrico então hegemônico e para a construção de uma História da Enfermagem Psiquiátrica no Rio Grande do Sul.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa histórica, na qual se empregou a história oral combinada à pesquisa documental como técnica de pesquisa⁽⁴⁻⁶⁾. A reconstituição do contexto que envolveu a dissolução da Escola Profissional de Enfermagem Especializada da Assistência a Psicopatas do Estado do Rio Grande do Sul (RS) foi realizada a partir das versões produzidas pelos sujeitos que participaram da sua organização ou do seu desenvolvimento, seja na qualidade de alunos, docentes ou pessoas que testemunharam aquele processo histórico pelo tipo de inserção profissional que possuíam na época. As fontes primárias de onde extraíram-se tais versões foram obtidas por meio de pesquisa documental (artigos, discursos publicados) ou de depoimentos orais. Parte dela foi originalmente desenvolvida em minha tese de doutoramento⁽⁷⁾. Realizada ao longo de 1992, a coleta de dados foi realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Hospital São Pedro, e os depoimentos orais foram obtidos através de entrevistas não diretivas com sujeitos que participaram da experiência engendrada pela Escola Profissional de Enfermagem Especializada da Assistência a Psicopatas do Estado. Os relatos foram gravados e posteriormente transcritos. Na época (1992), estas pes-

soas consentiram verbalmente em ceder seus depoimentos gravados e, apesar dos entrevistados não declararem qualquer objeção em terem sua identidade revelada publicamente, foi-lhes garantido que a autoria dos mesmos seria mantida em sigilo. Por isso, na elaboração deste artigo foi atribuída uma numeração aleatória a cada depoimento.

Realizava-se a análise dos dados através de análise do conteúdo⁽⁶⁾ de cada entrevista e documento escrito e procurava-se privilegiar os aspectos mais singulares que marcam cada depoimento, entendido como uma versão do fato histórico, cuja combinação com as demais versões construídas por cada sujeito entrevistado ou pelo testemunho escrito, registrado nos documentos pesquisados, permite resgatar as diversas questões implicadas no fechamento da escola em sua complexidade. Ou seja, não se tratou de buscar a verdade sobre os fatos, uma vez que não é possível enunciar a verdade sobre qualquer evento histórico^(5,8) mas as diferentes leituras que os sujeitos envolvidos faziam do processo histórico no qual estavam envolvidos. Pois, de acordo com o que ressalta Thompson^(5:184), “a história não é apenas sobre eventos, [...], mas também como são eles vivificados e lembrados na imaginação”. Logo, como nos mostra este autor e seus contemporâneos^(4-6,8) o que resgatamos através de depoimentos orais e documentos escritos é o significado social e é este que deve ser considerado na análise histórica.

Uma última consideração merece ser feita sobre a extensão dos depoimentos aqui reproduzidos. Optou-se intencionalmente pela preservação de trechos integrais de depoimentos ou de fontes documentais escritas, em função da dificuldade de acesso aos mesmos por outros pesquisadores atualmente, uma vez que se trata de material original ou de pequena circulação (no caso da documentação publicada), que ainda não está devidamente organizado e sistematizado em um centro de documentação. Neste sentido, este trabalho tem também a pretensão de contribuir para a circulação destes depoi-

mentos, considerando que alguns destes entrevistados já faleceram, e de torná-los fontes para outros pesquisadores interessados na temática de História da Enfermagem Psiquiátrica.

3 PEÇAS DE UM QUEBRA-CABEÇAS

3.1 A versão do diretor

Segundo Jacintho Godoy⁽⁹⁾, durante seus quatorze anos de existência, a Escola Profissional de Enfermagem Especializada formou treze turmas de enfermeiros e enfermeiras, totalizando um número de cento e noventa e um diplomados. Portanto, verifica-se que dos trinta alunos que ingressavam a cada ano, diplomava-se uma proporção de quinze alunos. A última turma formada pela Escola foi a de 1951 e a partir de 1952 os editais de convocação do concurso para ingresso não foram mais publicados, em decorrência do fechamento da escola.

Para Godoy⁽⁹⁾, a desativação da Escola Profissional de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas foi motivada tanto por problemas de natureza externa ao Hospital São Pedro – ligados à legislação de enfermagem no âmbito federal, que colocava exigências que não se podia cumprir a nível estadual – quanto por questões de ordem interna, relacionadas à resistência oferecida pelas religiosas responsáveis pela administração do hospital ao funcionamento da escola, que são apresentadas por ele da seguinte forma:

a despeito, porém, dessas provas inequívocas de incitamento ao ensino de enfermagem, este, na sua execução, não deixou de ter os seus percalços. Dentro do próprio hospital, fui mal compreendido por parte das religiosas, que interpretaram a minha iniciativa como uma medida para desalojá-las das suas posições de mando, por meio da educação e aperfeiçoamento do elemento leigo. Daí a campanha subreptícia movida à Escola de Enfermagem, que não fracassou, nos primeiros

anos de existência, graças à têmpera denodada de um seu ilustre professor, Dr. Décio de Souza, que, embrenhado nas tarefas hospitalares, soube aparar os golpes desferidos de todos os lados contra a incipiente instituição. Aliás, a Escola não teve de parte das religiosas o aprêço que devera merecer, pois, em cada ano escolar, se faziam representar apenas por duas candidatas, muitas delas, por via de regra, de instrução rudimentar, quando lhes seria fácil apresentar religiosas com o curso ginásial, sabido como é, que a Congregação conta com vários ginásios espalhados em todo o Estado. Com tão escassa escolaridade, conseguiram ingressar nos cursos, valendo-se das prerrogativas conferidas aos enfermeiros de quadro pelo regulamento da Escola, que lhes dispensava o exame de seleção. Após alguns anos, exigidos delas estes exames, não se fizeram esperar as reprovações^(9:181).

Quanto aos motivos de ordem externa, o diretor alegava que a legislação federal que regulava e disciplinava o ensino e o exercício da enfermagem no Brasil, dentre os quais cita os Decretos de 1931, 1932, 1934 e 1949⁽¹⁰⁻¹³⁾, a despeito de promover mecanismos formais de preparação de pessoal de enfermagem que, segundo julgava, só trariam benefícios à melhoria da qualidade da assistência à saúde no país, não contemplava a formação de “enfermagem especializada de psicopatas”^(9:178), nem levava em consideração diferenças regionais. De acordo com a sua interpretação, a partir de 1949, a legislação estabelecia dois tipos de ensino de enfermagem: um de alto e outro de baixo padrão, sendo o primeiro baseado no modelo norte-americano e oferecido às pessoas com maior grau de escolaridade, enquanto o segundo destinava-se às pessoas que possuíam instrução primária. Em defesa de uma formação de enfermeiros especificamente para o campo da assistência psiquiátrica, Godoy citava o exemplo da formação existente na França, que segundo ele era idêntica a que ofereciam no São Pedro e argumentava que:

a prática demonstrou em toda parte que a enfermagem dos doentes mentais é recrutada entre indivíduos de dotes psicológicos e vocacionais prevalentes sobre o grau de instrução escolar, propriamente dita, e por isso a sistematização de estudos para esse tipo de enfermagem deve ser feita em cursos de escolas que se afastam do padrão alto ou baixo das escolas de enfermagem geral^(9:178).

Por isso, ele acreditava que a Escola de Enfermagem do Hospital São Pedro deveria receber um tratamento diferenciado e discordava de quem reivindicava o seu fechamento, que ocorreria caso não fosse reestruturada para adaptar-se às exigências da legislação federal. Em discurso proferido na formatura da turma de 1950, portanto no penúltimo ano de funcionamento da Escola, ele posicionou-se em relação a tais questões do modo seguinte:

o espírito da última lei federal sobre a enfermagem é de incentivo à criação de escolas, de iniciativa particular ou oficial, nos Estados, e não é admissível que as exigências de seu regulamento viessem redundar no fechamento de uma Escola que conta com 11 anos de funcionamento, tendo diplomado neste lapso de tempo 163 enfermeiros de ambos os sexos, inclusive religiosas da Congregação de São José, dentre os quais certo número conseguiu ingressar mediante concursos, com as melhores classificações, em outros setores médicos fora da especialidade neuropsiquiátrica, tais como Aeronáutica e Assistência Pública Municipal, desta cidade. Enquanto ela não se adaptar aos regulamentos federais de ensino de enfermagem, entendo que deva continuar vigorante o decreto estadual de sua criação, cujo objetivo foi aperfeiçoar técnicos para o serviço especializado do Estado^(9:179).

Na opinião de seu diretor, apesar das dificuldades enfrentadas ao nível externo e interno, a escola teve um importante papel na formação de enfermeiros psiquiátricos e sua relevância e pioneirismo foram reconhecidos por pes-

soas de inquestionável reputação fora do Rio Grande do Sul, dentre as quais cita médicos respeitadíssimos na época, em âmbito nacional como, por exemplo, Pacheco e Silva, e Adauto Botelho. O primeiro era psiquiatra, professor da Faculdade de Medicina da USP, deputado e idealizador do Instituto de Direito e Organização Racional do Trabalho (IDORT).

A visão de Godoy a respeito dos resultados alcançados com a escola foi compartilhada pelos entrevistados que participaram desta pesquisa. Todos os informantes salientaram a importância que ela teve na formação de enfermeiros para o campo da assistência psiquiátrica e, por isso, em seus depoimentos, lamentaram seu fechamento. Entretanto, quando questionados sobre os motivos que levaram à desativação do estabelecimento de ensino, uma vez que na época o mesmo vinha apresentando resultados tão positivos, os entrevistados apresentaram diversas versões que, segundo acreditavam, explicavam sua extinção.

3.2 Diferentes posições

Num destes depoimentos, um dos enfermeiros diplomados pela Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro procurou explicar os motivos que, em sua opinião, levaram-na ao fechamento. Entre outros fatores, tal como Jacintho Godoy, ele atribuiu-o à resistência oferecida pelas irmãs de caridade à existência da escola, explicando que:

nós tínhamos muito pouca enfermeira, porque as irmãs não aceitavam a Escola de Enfermagem... Mas elas não aceitavam pelo seguinte: porque como elas só manuseavam com leigos, então, elas tinham autoridade. Como fizeram, inventaram a tal da Enfermagem, tiraram aquela autoridade delas. Porque um enfermeiro tinha condições de discutir. [...] Então, a razão que a Escola ia trazer problemas para elas e que elas não aceitavam. Mas no fim, nos últimos anos da Escola, tinha três ou quatro irmãs que entravam cada ano (Depoimento nº 1, p. 47).

Segundo aponta este entrevistado, outro aspecto que determinou o fechamento da Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro foram as pressões e a oposição feitas pelas enfermeiras oriundas da Escola de Enfermagem Anna Néry, ligada ao Ministério da Educação e Saúde. Estas reivindicavam a extinção do curso de enfermagem oferecido pelo Hospital São Pedro ou sua transformação em um curso de Auxiliares de Enfermagem, de acordo com o que estabelecia a Lei nº 775/49(13,14)^c, recém promulgada. Segundo ele conta:

mas, em resumo, em 1950, parece que foi 50 o último ano de Enfermagem, foi extinto [o curso de] enfermagem. Eu me lembro que, quando eu era aluno, veio uma enfermeira do Rio de Janeiro. Naquele tempo se dizia alto padrão, não sei se hoje tratam ainda assim. É mesmo...? Bom, mas é o nome, não é? Porque é o empréstimo do americano, não sei se... Aqui no Brasil tratavam de Anna Néry, não é? Veio junto com uma enfermeira americana. Casualmente eu estava em aula e quem estava dando aula para nós era o Dr. Cyro Martins. O que é que o Dr. Godoy fez, quando vieram as duas representantes de enfermagem? Ele, como não queria, porque ele ... Porque, quando foi, como é que se diz, oficializada a Enfermagem no Brasil, em 1949... Para extinguir as outras escolas existentes no país, tinha que se subordinar à Anna Néry, ou então, seriam registradas como de Auxiliar de Enfermagem, não é? Não podia ser como o nosso caso aqui. Nós éramos, com um decreto do Estado, nós éramos enfermeiros. Então, não podia ser enfermeiro. Enfermeiro tinha que ser o nível superior, certo? Aí, então, o Dr. Godoy fez o seguinte: levou as duas representantes da enfermagem lá dentro da sala de aula. E falou com o Dr. Cyro

^c A Lei no. 795, de 6 de agosto de 1949, regulamenta as escolas de enfermagem de nível superior existentes no país e cria oficialmente os cursos de auxiliares de enfermagem. Ver, também, as análises feitas por Almeida(15), Carvalho(16) sobre o processo de regulamentação do exercício e do ensino de enfermagem no Brasil.

Martins, que deixasse os alunos fazer perguntas sobre psiquiatria para as duas [enfermeiras]. Como tu sabes, dentro da psiquiatria vocês têm apenas noções, não é? Então, como é que elas iam responder, por exemplo, para a gente, que estava lá. Eu estava no segundo ano de Enfermagem. Conhecia demais. Eu conhecia demais pela prática e pela, depois pela teoria também, lógico, não é? Então, a primeira pergunta foi feita sobre um problema psiquiátrico e ela disse assim: 'Olha, nós não viemos aqui para ser sabatinadas'. A brasileira disse, porque a americana não sabia falar. 'Nós viemos aqui apenas para conhecer e para dizer que daqui por diante a Escola tem que ser esta. Se quiserem registrar esta Escola como de Auxiliar de Enfermagem, muito bem. Se não, tem que fechar', foi a resposta dela. Aí, já saíram. E aí que o Dr. Cyro disse: 'Mas como é que pode ser isto?' Mas eles também, os médicos também, nesta época, não conheciam. Porque foi no início, não é? Foi em 1949. O Presidente da República então, como é que se diz? Regulamentou, exatamente, a palavra foi esta. Regulamentou a enfermagem no país. Que até então não tinha. E o COREN jamais... É como eu discuti muitas vezes na Escola, na Semana de Enfermagem com o pessoal da direção do COREN. Vocês não podiam [extinguir], porque todas as outras categorias, engenheiros práticos, dentistas práticos, menos enfermeiros, porque não? Por que vocês não aceitaram junto com vocês o remanescente que existe ainda, não é? Porque eu digo assim, eu sou um dos remanescentes, porque até então, quando não existiam vocês [enfermeiros com nível de escolaridade superior], quem é que cuidava dos pacientes neste país? Então tinha que se respeitar esta gente. Tinha que ... não extinguir assim, matar, vocês estão liquidando todo mundo. Mas eu ainda estou vivo. Eu estou trabalhando. Eu acho que tenho condições de trabalhar. Mas o único que não aceitou foi o COREN, muitos da tua categoria que não aceitaram o que existia até então,

mesmo sendo pessoas, que como eu, não tenho cultura suficiente para, por exemplo, estar discutindo contigo certos problemas. Mas, pela prática, pela dedicação, pelo tempo de serviço, acho que merecia um pouquinho mais de respeito, não é? Mas, nós não tivemos isso (Depoimento nº1, p. 12-14).

A opinião deste enfermeiro de que o fechamento da escola decorreu da pressão feita pelas enfermeiras que posteriormente fundaram a Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é compartilhada por outras entrevistadas. Uma delas foi docente da disciplina de Enfermagem Psiquiátrica, oferecida pela Escola de Enfermagem da UFRGS, a partir de 1952. Suas considerações a respeito do fechamento da Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro são reproduzidas abaixo:

é, isso foi uma luta que eu não sei se foi muito justa. [Os enfermeiros do São Pedro] eram pessoas muito dedicadas, mas eles eram funcionários do Governo [...] Eles ficavam muito vaidosos, porque eles tiveram um curso regular, com médicos. Eles vinham e me mostravam os currículos, que eles tinham recebido durante o curso. Então, eles sabiam muitas coisas de psiquiatria e de sintomatologia. E a Escola de Enfermagem [da UFRGS] fez terminar a Escola de Enfermagem existente no São Pedro [...] A Escola [da UFRGS] conseguiu mostrar que a Legislação era outra; que não se podia ter uma Escola num hospital que não tivesse um grupo de enfermeiros, que não lecionasse procedimentos de enfermagem. Não bastava que os alunos recebessem aulas de médicos... Isso foi conseguido politicamente. A diretora era muito boa, Lourdes Verderese, e a Olga, era vice-diretora, que era a irmã dela. De maneira que terminou. Eles não perderam o nome [de enfermeiros], pois o nome ficou no quadro. Porém, perderam, vamos dizer, a posição de enfermeiros psiquiátricos (Depoimento nº2, p. 7).

A segunda, uma irmã de caridade^d que trabalhava no Hospital São Pedro no período, atribuiu o fechamento da escola ao processo que culminou com a abertura da Escola de Enfermagem da UFRGS:

mas depois disso, que se abriu a Escola de alto padrão, que chamavam, não sei em que ano foi. Daí, então, anularam esta daqui. Não sei se foi a Secretaria ou o quê, não é? [A Escola do Hospital São Pedro] já não era reconhecida mais como escola superior, (antes) ela tinha um cunho, assim, ela era especializada, como escola superior. Tanto assim, que as enfermeiras que se aposentaram o fizeram como enfermeiras. Depois, [quando da aposentadoria, o diploma] passou a ser reconhecido. Então, terminou, não continuou mais, porque não era reconhecido pelo Conselho [de Enfermagem]. Ela existiu até que foi criada a outra [da UFRGS] e então, ela parou (Depoimento nº 3, p. 20).

Entretanto, a extinção da Escola Profissional de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas também esteve relacionada às questões de natureza político-partidária, regionais, de acordo com o que foi apontado por alguns entrevistados. Quando questionado sobre os motivos que acarretaram seu fechamento, um dos professores atribuiu-o às divergências de natureza político-partidária, que marcavam as relações entre o Diretor do Hospital e o Secretário de Saúde daquela época:

eu... depois que saí de lá, soube assim de longe de coisas que iam acontecendo, de ordem política. O Hospital São Pedro, no tempo do Dr. Godoy... Primeiro ele [o Hospital] era independente, mas o Departamento de Saúde era uma área pequena e fraca. Cuidava-se de alguma coisa, da profilaxia. Mas não era um elemento lutador [sic!]. Precisamente, nesse período em que fui para lá [Hospi-

tal São Pedro], tinha vindo para cá [Porto Alegre], o Dr. Bonifácio Guimarães da Costa, que criou o Departamento Estadual de Saúde, um modelo muito bom. Ele era um homem muito poderoso, de muita autoridade, que não se acertava muito bem com o Dr. Godoy, porque o Dr. Godoy tinha... O Dr. Bonifácio era um homem da Saúde Pública e o Dr. Godoy tinha, um pouco, o hábito de certa superioridade, que tinham os médicos que tratavam os doentes sobre aqueles médicos que matavam mosquitos, que... A Saúde Pública, com exceção de alguns como Fábio Barreto, entre outros, que eram de São Paulo, poucos eram de primeira qualidade como Chagas, Oswaldo Cruz também. De modo que lá, as possibilidades provavelmente eram diferentes, mas, digamos assim, no resto do Brasil, nós, os médicos, é que sabíamos fazer os diagnósticos e tratar de algumas coisas, pois, se não tratássemos, não valia nada para depois. Então fazia-se um tratamento duradouro (Depoimento nº 4, p. 5).

Observa-se que havia uma disputa por espaço político e uma divergência entre os sanitaristas e os demais especialistas da categoria médica no Rio Grande do Sul, no período em que a escola foi extinta. Pelo que sugere este depoimento, o fortalecimento político do Secretário de Saúde, cujos interesses não coincidiam com os do diretor do hospital, criou um campo fértil para a extinção da Escola Profissional de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas, ao mesmo tempo em que vinham se desenvolvendo as negociações para a criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É interessante notar que o grupo de enfermeiras responsável pela criação da última encontrou no Secretário de Saúde um forte aliado na época, segundo sugere o depoimento da enfermeira entrevistada, reproduzido anteriormente.

O enfermeiro entrevistado também apontou mudanças no âmbito da política estadual que, associadas à regulamentação do ensino e

^d Trata-se da denominação usada para designar religiosas, freiras.

do exercício da enfermagem no país, estiveram relacionadas com a desativação da escola:

*olha, sinceramente eu não sei porque. Eu acredito que então o nível superior achou que seria uma humilhação para elas. Eu digo elas, porque, naquele tempo, só era quase tudo mulher. Haver um homem era **muito difícil**. Hoje já tem bastante homem. Naquele tempo não existia. Eu acredito que fosse isto, não sei... Mas, o problema era que o Dr. Jacinto, em 1951 ou 52, ele foi substituído depois de quase 30 anos de Hospital São Pedro. Tiraram ele. E outra coisa é que o que segurava o Dr. Jacinto era o falecido Dr. Getúlio Vargas. Houve um problema aí, não sei o que. Então foi substituído” (Depoimento nº1, p. 15).*

Segundo sugere seu depoimento, a mudança da direção político partidária no governo estadual, com a morte do então presidente Getúlio Vargas, enfraqueceu politicamente o diretor do Hospital São Pedro. Isso diminuiu seu poder de barganha para manter a escola funcionando, sob a argumentação de que sua existência estaria garantida por uma legislação estadual, a despeito das leis federais que passaram a regulamentar o ensino e o exercício da enfermagem no país.

Assim, verifica-se que as versões apresentadas pelos entrevistados sobre a extinção da Escola do Hospital São Pedro compreendem desde motivações de ordem político-partidária; conflitos internos ao Hospital São Pedro, principalmente as resistências oferecidas pelas religiosas à formação de enfermeiros leigos; até o surgimento de leis federais que regulamentavam o exercício e o ensino de enfermagem no país e a criação de uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizada de acordo com o que estabelecia aquela legislação.

Além disso, pelo que se depreende dos depoimentos, no início dos anos 50, houve uma convergência de interesses políticos entre os grupos que então assumiam o governo estadual

e o grupo de enfermeiras que pretendia inaugurar a Escola de Enfermagem da UFRGS, em Porto Alegre. Estas, apoiadas na Lei nº 775/49, reivindicaram a extinção da Escola de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas.

Com efeito, no final dos anos 40, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) e o grupo de enfermeiras formadas pela Escola Anna Néry e pelas escolas a ela equiparadas obtiveram a regulamentação do ensino de enfermagem, mediante a aprovação de uma legislação que atendia aos interesses daquele segmento da categoria de enfermagem. Conforme a Lei nº 775/49, as escolas que não se adequassem às condições prescritas deveriam ser transformadas em cursos de auxiliar de enfermagem e não poderiam mais expedir diplomas de enfermeiros. O direito ao título de enfermeiro restringiu-se, então, ao pessoal que cursava escolas reconhecidas pelo governo federal e que estivessem ligadas às instituições de ensino superior, nas quais o ingresso seria restrito às pessoas que possuísem nível de escolaridade secundário⁽¹⁶⁾.

Entretanto, num período anterior à aprovação desta legislação, tais grupos já se haviam pronunciado contrariamente à criação da Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro. Segundo Carvalho^(16:123), “em maio de 1939, as enfermeiras foram alertadas pela presidente (da ABED) para o fato de estar sendo organizada, no Rio Grande do Sul, uma escola de enfermeiras cujas bases não estão de acordo com as nossas” e ressalta que a presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas referia-se à uma escola criada por uma instituição de saúde estadual e não reconhecida pela legislação federal vigente na época^e. Evidentemente, tratava-se da Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro.

^e Trata-se do Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931, que regulamentou pela primeira vez o exercício de enfermagem no país, estabeleceu a equiparação de todas as escolas de enfermagem, oficiais ou particulares, à Escola de Enfermagem Anna Néry e prescreveu que a direção das mesmas deveria ser assumida por uma enfermeira.

Na realidade, a oposição da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) à criação e ao funcionamento de outras escolas que não se enquadrassem àquela legislação – dentre as quais incluía-se também a Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto e a Seção Mista da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras do Departamento de Assistência a Psicopatas, visava tornar o modelo de ensino de enfermagem *nightingaleano* hegemônico no país ^(17,18). Na realização desta tarefa, as enfermeiras contaram com o apoio de certos segmentos da categoria médica (especialmente os dirigentes do Departamento Nacional de Saúde) e das autoridades governamentais, que tinham interesse na formação de profissionais de acordo com aquele modelo ⁽¹⁸⁾ e na regulamentação da profissão no Brasil^f.

Neste sentido, de fato, a extinção de escolas que tal como Escola Profissional de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas do Rio Grande do Sul eram incompatíveis com o modelo *nightingaleano*, ou com o chamado padrão **ananéry**⁽¹⁹⁾, era um dos elementos importantes para a concretização do projeto da ABED e de seus aliados.

Mas uma questão que fica momentaneamente sem resposta, através das fontes disponíveis, é o que fez com que não se procurasse adequar a Escola Profissional às exigências da Lei nº 775/49, tal como aconteceu no Rio de Janeiro, com as instituições ligadas ao Serviço Nacional de Doenças Mentais. Lá, a alternativa adotada foi a adequação da Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto e da Seção Mista da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras do Serviço de Assistência a Psicopatas às exigências legais^(7,20,21).

Entretanto, a adaptação só pode ser atribuída em parte à iniciativa dos psiquiatras. Observa-se que as medidas tomadas no sentido de adequar a escola do Departamento de As-

sistência a Psicopatas às condições requeridas pelo Decreto nº 20.109⁽¹⁰⁾, de 1931, e pelos que lhe sucederam podem ter decorrido mais do desinteresse dos psiquiatras em mantê-la de acordo com as finalidades e a organização político-administrativa que lhe atribuíram até 1940 do que das pressões exercidas pelo grupo representado pela ABED ou por quaisquer outros grupos que desejassem sua modificação.

Neste sentido, o fechamento da Escola de Porto Alegre parece guardar semelhanças com o que ocorrera no Rio de Janeiro. Analisando-se o processo lá ocorrido pode-se supor que, naquele período, os processos de formação de pessoal de enfermagem implementados pelos psiquiatras já tinham cumprido os objetivos para os quais haviam sido organizados.

Há certos fatos importantes para corroborar tal suposição, ou seja, de que os dirigentes das instituições psiquiátricas não precisavam mais recorrer ao preparo de pessoal para implementar os serviços psiquiátricos e que não desejavam mais continuar responsáveis pela implementação destes processos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a autonomia financeira em relação ao Hospício Nacional e às colônias concedida à escola depois de mais de meio século de existência e a nomeação de uma enfermeira, que não fazia parte dos quadros da escola, para a direção do estabelecimento de ensino não foram gratuitas. Elas decorreram do desinteresse dos psiquiatras em manter sob seu controle o processo de formação do pessoal de enfermagem para as instituições psiquiátricas.

Além disso, o processo de formação compreendido em Porto Alegre (como também os do Rio de Janeiro) contribuíram substancialmente para modificar a concepção de loucura e o tipo de intervenção até então utilizado pelo pessoal de enfermagem que atuava nos hospitais e colônias, levando-os a assimilar a visão médica de loucura como doença mental e os princípios do Tratamento Moral. Também, possibilitaram a introjeção das normas disciplinares, nas quais fundamentava-se o modelo

^f Ver, também, Santos⁽²²⁾, em que se discute o papel que a regulamentação das profissões, estimulada pelo Estado brasileiro após a Revolução de 1930, teve na constituição de uma “cidadania regulada”.

assistencial asilar, dentre as quais a obediência aos superiores hierárquicos e o reconhecimento da figura do médico, enquanto representante do poder/saber psiquiátrico, e a aquisição de conhecimentos que permitiam-lhes manipular os recursos terapêuticos então adotados. Deste modo, não havia mais necessidade de centralizar a coordenação do processo de formação nas mãos dos médicos.

Há, ainda, um último aspecto que deve ter contribuído para que eles assumissem esta posição. Considerando-se as já referidas condições em que se encontravam os hospitais psiquiátricos na segunda metade dos anos 40, não é difícil supor que a preparação de pessoal de enfermagem perdesse a importância que tivera até então. Num espaço superlotado, com as instalações físicas completamente deterioradas – que por si denunciavam o abandono em que haviam sido deixados os hospícios e tornavam ainda mais explícitas as funções de exclusão e segregação que lhes haviam sido destinadas – como observar os doentes, separá-los e classificá-los de acordo com a patologia, empregar o recurso terapêutico mais adequado a cada caso? Para que investir na qualificação de pessoal se agora suas atividades restringiam-se tão somente à execução das prescrições médicas e à manutenção da ordem no interior do espaço asilar? E se o preparo para estas funções poderia ser obtido através de um treinamento rápido, desenvolvido e supervisionado pelos médicos e pelos próprios colegas no interior do processo de trabalho, como ocorria nas outras instituições psiquiátricas públicas, porque continuar investindo na formação destes profissionais?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao fim deste trabalho com várias indagações e poucas certezas.

O que se pode depreender das versões produzidas pelos diversos sujeitos que testemunharam o processo que culminou com o fechamento da Escola Profissional de Enfer-

magem do Hospital São Pedro é uma espécie de mosaico, expressão artística tão em voga atualmente, em que se tem a impressão de que várias pedrinhas caíram, obrigando o observador a imaginar a conformação de certas figuras incompletas.

Com efeito, é difícil determinar quais foram, dentre os apontados nos depoimentos e nos documentos escritos à época, os motivos preponderantes que levaram ao fechamento daquela instituição de ensino. Possivelmente, foram as articulações estabelecidas entre os diferentes interesses dos diversos grupos envolvidos, associadas a perda do significado que esta instituição tinha originalmente para a consolidação do projeto psiquiátrico em curso na primeira metade do século XX o que contribuiu para o desaparecimento de um processo de formação com as características assumidas pela Escola Profissional de Enfermagem do Hospital São Pedro.

Por outro lado, também seria ingênuo acreditar na interpretação sugerida por alguns dos entrevistados de que o fechamento da escola do Hospital São Pedro foi uma consequência direta da criação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O que parece mais importante é entender o desaparecimento da primeira e a organização da segunda como pontas de icebergs de processos mais complexos, envolvendo a superação de um “modelo tecno-assistencial”⁽²³⁾ por outro que facilitava a emergência de um modelo de intervenção de enfermagem que propiciasse uma maior autonomia destas profissionais e a apropriação, por sua parte, da coordenação do processo de formação dos agentes de enfermagem, ao contrário do proposto pelo projeto psiquiátrico então existente no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- 1 Kirschbaum DIR. História da enfermagem psiquiátrica no Rio Grande do Sul: parte I. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS) 2003; abr; 24(1):95-118.

- 2 Decreto nº 7.782, de 2 de maio de 1939: cria a Escola Profissional de Enfermagem do Serviço de Assistência a Psicopatas e aprova o seu regulamento. *Jornal do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS)* 1939 maio 2; (Seção 1):12.
- 3 Foucault M. Vigiar e punir: a história da violência nas prisões. Petrópolis (RJ): Vozes; 1977. 277 p.
- 4 Alberti V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1989. 197 p.
- 5 Thompson P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992. 385 p.
- 6 Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO; 1992. 269 p.
- 7 Kirschbaum DIR. Análise histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 20 e 50 [tese de Doutorado]. Campinas (SP): Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; 1994. 369 f.
- 8 Le Goff J. A história nova. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1993. 318 p.
- 9 Godoy J. A psiquiatria no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: O Cruzeiro; 1952. 461 p.
- 10 Decreto nº 20.109/31, de 15 de junho de 1931: regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem e instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas. *In: Ministério da Saúde (BR), Fundação Serviço de Saúde Pública. Enfermagem: legislação e assuntos correlatos.* 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 68-72.
- 11 Decreto nº 22.257/32, de 26 de dezembro de 1932: confere às irmãs de caridade com prática de enfermeiras ou de farmacêuticas direitos iguais às enfermeiras de saúde pública em práticas de farmácia, para o fim de exercerem estas funções em hospitais. *In: Ministério da Saúde (BR), Fundação Serviço de Saúde Pública. Enfermagem: legislação e assuntos correlatos.* 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 101.
- 12 Decreto nº 23.774/34, de 22 de janeiro de 1934: torna extensiva aos enfermeiros práticos as regalias concedidas aos farmacêuticos e dentistas práticos quanto ao exercício de suas respectivas funções. *In: Ministério da Saúde (BR), Fundação Serviço de Saúde Pública. Enfermagem: legislação e assuntos correlatos.* 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 84.
- 13 Lei nº 775/49, de 6 de agosto de 1949: dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências. *In: Ministério da Saúde (BR), Fundação Serviço de Saúde Pública. Enfermagem: legislação e assuntos correlatos.* 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. v. 1, p. 154-7.
- 14 Melo C. Divisão social do trabalho e enfermagem. São Paulo: Cortez; 1986. 94 p.
- 15 Almeida MCP, Rocha YS. O saber de Enfermagem e sua dimensão prática. São Paulo: Cortez; 1984. 128 p.
- 16 Carvalho A. Associação Brasileira de Enfermagem: 1926-1976: documentário. Brasília: ABEn, 1976. 514 p.
- 17 Germano R. Educação e ideologia da Enfermagem no Brasil. São Paulo: Cortez; 1984. 118 p.
- 18 Silva GB. Enfermagem profissional: análise crítica. São Paulo: Cortez; 1986. 143 p.
- 19 Barreira IA. A enfermeira Ananéri no país do futuro: a aventura da luta contra a tuberculose [tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1992. 355 f.
- 20 Pontes C. Contribuição à história da enfermagem: Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: a pioneira das escolas de enfermagem no Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília (DF)* 1971 abr/jun;24(3/4):199-214.
- 21 Moreira A. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: 100 anos de história [dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem, Universidade do Rio de Janeiro; 1990. 279 f.

- 22 Santos WG. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Campus; 1987. 89 p.
- 23 Mehry E. A saúde pública como política: um estudo de formuladores de políticas. São Paulo: HUCITEC; 1992. 221 p.

Endereço da autora/Author's address:
Débora Isane Ratner Kirschbaum
Cidade Universitária Zeferino Vaz, s/nº, Barão Geraldo
13083-970, Campinas, SP.
E-mail: isane@uol.com.br

Recebido em: 13/11/2001
Aprovado em: 14/06/2002
